



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

**PROJETO ACADÊMICO DE CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DE CUITÉ
E DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE**



INTRODUÇÃO

Em virtude de sua capacidade em desenvolver e articular dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo as mais variadas áreas do conhecimento humano, a Universidade Federal de Campina Grande, a partir da mobilização de recursos, da geração de metodologias e do desenvolvimento de processos que visam à transformação da realidade, é formadora da massa crítica indispensável ao desenvolvimento do país.

Assim sendo, não poderia resistir ao desafio de atuar na expansão do ensino público superior, diante da constatação, referendada pelo documento final da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, em 1998, de que *sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos.*

A Universidade Federal de Campina Grande, embora, com esta nomenclatura, seja uma instituição nova, tem seus pilares fincados em sólido esteio: a sua origem remonta à década de 1950, quando a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba. Desde então, jamais divergiu da vocação que encontra respaldo nos princípios da responsabilidade pública e do compromisso social. Ao longo desses anos, construiu uma tradição de excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão que a coloca a serviço do progresso científico e tecnológico, do equacionamento dos problemas sociais e da promoção do desenvolvimento humano.

Respalhada por esse contexto, a Universidade Federal de Campina Grande envidou todos os esforços possíveis e fomentou uma discussão sobre a criação de novos cursos, ouvindo a sociedade civil e os poderes públicos constituídos nos diversos quadrantes do estado da Paraíba. O debate assim instalado resultou em mobilizações cujo saldo foi a proposição de parcerias para o compartilhamento de responsabilidades.

Coincidindo com o início do programa de ampliação do parque universitário federal empreendido pelo Ministério da Educação, a Universidade Federal de Campina Grande, sensível às demandas que se harmonizam com a necessidade de expansão do ensino público superior, realizou estudo sobre o acesso a esse nível de ensino na Paraíba. Concomitantemente à



realização desse diagnóstico, debates públicos foram realizados com o objetivo de analisar o quadro existente e de orientar a busca de alternativas para a solução do problema: a divisão de responsabilidades entre os governos federal, estadual e municipal foi, na ocasião, tema recorrente.

Realizado o diagnóstico sobre o acesso à educação superior na Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande passa a elaborar as diretrizes do seu Plano de Expansão Institucional, analisando alternativas de localização onde novos *campi* poderiam ser instalados. Os Municípios de Sumé, de Cuité, de Pombal e de Itaporanga foram, então, definidos como possibilidades a serem consideradas.

Dando continuidade às ações atinentes à sua proposta de expansão, a Universidade Federal de Campina Grande realizou seminário que reuniu 19 prefeitos do Cariri, o Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os Secretários de Agricultura e Educação do Estado da Paraíba, a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano, organizações governamentais e não governamentais, além de movimentos sociais. Nesse evento, foram discutidas ações conjuntas para a implementação da melhoria da educação na região.

Outras ações, visando à concretização da expansão do ensino público superior na Paraíba, foram ainda empreendidas: a apresentação desse projeto, em sessão especial da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, destaca-se como uma das iniciativas mais importantes para a consolidação do Plano de Expansão Institucional da Universidade Federal de Campina Grande, que, em seguida, foi também apresentado, nos Municípios de Itaporanga, de Sumé, de Pombal, e de Cuité.¹

Em seguida, uma carta de intenção foi enviada ao Ministério da Educação que, analisando a proposta de expansão da Universidade Federal de Campina Grande, contemplou a criação de um *campus*, no Curimataú,² em seu Programa de Expansão do Ensino Superior – Expandir até ficar do tamanho do Brasil.

¹ A Prefeitura Municipal de Cuité, a sua Câmara de Vereadores, a Paróquia e a rádio local desencadearam uma campanha de mobilização, cuja principal consequência foi a doação das instalações prediais para a instalação do *Campus* de Cuité.

² Em respeito ao que reza o Estatuto da UFCG, o referido *campus* terá a denominação do município onde estará localizado – *campus* de Cuité.



Por fim, em audiência que contou com a participação do Governador do Estado da Paraíba e da bancada federal paraibana na Câmara dos Deputados e no Senado, foi entregue, ao Ministro da Educação, o Plano de Expansão Institucional da Universidade Federal de Campina Grande. Esse encontro foi contemplado também com a presença de deputados estaduais e prefeitos de várias regiões da Paraíba.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal de Campina Grande possui 874 professores – 88% mestres e doutores, 90% dos quais atuando em regime de tempo integral e dedicação exclusiva –, 1.489 servidores técnico-administrativos e 11.600 alunos de graduação e pós-graduação. Esses dados perfizeram, no ano de 2004, os seguintes indicadores de desempenho: 8,96 aluno em tempo integral por professor equivalente, 4,19 aluno em tempo integral por funcionário equivalente, 2,14 funcionário equivalente por professor equivalente e um índice de qualificação de 3,14 para o corpo docente.³

A maior parte dos alunos da Universidade Federal de Campina Grande pertence às classes sócio-econômicas C, D e E, o que perfaz um índice de 67% do total de seu corpo discente. Tal realidade exige da Instituição investir aproximadamente 11% da verba destinada ao seu custeio em programas de assistência estudantil que possam interferir positivamente no desempenho acadêmico dos estudantes. Esse investimento, que representa mais de 25% do OCC líquido da Instituição, assegura a manutenção das 14 residências universitárias, que abrigam atualmente 319 alunos, e permite o atendimento diário a quase 2.000 comensais comprovadamente carentes – fornecimento que representa mais de 600 mil refeições gratuitas anuais.

Além disso, cerca de 5% do corpo discente da Universidade Federal de Campina Grande está integrado aos programas institucionais de PROLICEM, de Monitoria, de Extensão (PROBEX e PIBIAC) e de Iniciação Científica. A consequência dessa política de assistência

³ A relação funcionário/professor relativamente alta deve-se à demanda do Hospital Universitário Alcides Carneiro, que detém 27% do total de servidores do quadro permanente da Instituição atuando na assistência à população de Campina Grande e região circunvizinha.



estudantil é um quadro que contempla 30% do corpo discente de graduação da Instituição, ultrapassando às expectativas do Ministério da Educação, em suas orientações.

No campo do planejamento, a Universidade Federal de Campina Grande adquiriu maturidade para discutir, elaborar e implantar novas matrizes de alocação de vagas docentes e de recursos orçamentários. A nova distribuição orçamentária começa a resolver injustiças e distorções que se perpetuavam, passando a privilegiar variáveis, como a expansão da matrícula e a criação de cursos noturnos e fora da sede, dentre outros parâmetros, que determinam a recuperação e a preeminência dos Centros que investiram mais na democratização do acesso ao ensino superior.

Se a maturidade da Universidade Federal de Campina Grande justifica um plano de ampliação interna que ressalte a necessidade de consolidação do ensino de graduação, com a diversificação na oferta de vagas e a criação de novos cursos, notadamente no turno noturno, os dilemas educacionais do estado da Paraíba impõem uma ação ainda mais incisiva da Instituição em favor de milhares de jovens que podem ter o futuro irremediavelmente comprometido por falta de acesso ao ensino público superior.

A experiência adquirida, enquanto *campus* da Universidade Federal da Paraíba, com a extraordinária expansão da pós-graduação, no início da década de setenta, com a implantação dos *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras, no final da década de setenta, com a criação dos cursos noturnos, na década de noventa, e – já em nova identidade institucional –, com a recente criação de três novos cursos de graduação e cinco de pós-graduação, respalda a Universidade Federal de Campina Grande para, otimizando a sua estrutura e a sua capacidade, empreender um projeto de expansão que atenda ao consignado no Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

A Universidade Federal de Campina Grande detém as condições imprescindíveis para, com o necessário apoio do governo federal, dar feição aos anseios da sociedade nacional, expressos no Plano Nacional de Educação: tem excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão; tem consciência de sua responsabilidade na democratização do acesso à educação superior; é tributária de uma tradição pioneira de interiorização do ensino público superior; além de ter experiência acumulada na prática de gestão acadêmico-administrativa descentralizada, em função de sua tradição *muticampi*.



Não fossem suficientes os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação, a Universidade Federal de Campina Grande tem, como argumento para a sua expansão, o *compromisso com a ampliação do ensino público e gratuito com padrão unitário de qualidade em todos os níveis*, para o que *poderá implantar novos campi universitários para tornar mais efetiva sua atuação no desenvolvimento regional*, tal como rezam os arts. 4º e 10 do seu Estatuto.

JUSTIFICATIVA

Os longos anos de retração do sistema público de educação superior, provocada pela agenda neoliberal de governos anteriores, impuseram à sociedade brasileira significativa desigualdade de oportunidades no acesso à formação qualificada. O Brasil não tem sequer 1% de sua população freqüentando instituições públicas de educação superior, a despeito de estas ocuparem posição de vanguarda no progresso científico e tecnológico e no equacionamento dos grandes problemas nacionais. Ademais, dos 11% de brasileiros da faixa etária de 18 e 24 anos que freqüentam a universidade, 70% estão matriculados em instituições privadas, quando, na Argentina, esse percentual se aproxima de 40%, na Alemanha, chega a 50%, alcança 60% dos jovens dessa faixa etária, na França, atingindo a excelente marca de 80% nos Estados Unidos e 90% no Canadá.

Diante de realidade tão cruel, a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade necessariamente teria que ser um dos principais objetivos do Plano Nacional de Educação. Portanto, consolidando um intenso debate que foi levado a efeito no Congresso Nacional, entre os anos de 1998 e 2000, o Plano Nacional de Educação estabeleceu, entre suas metas, *prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos e estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país*, o que faz desse documento um verdadeiro compromisso e pacto político com a opção ética por um ideal de educação nacional.

Segundo dados do último Censo Nacional do Ensino Superior, realizado em 2003, foram registradas 3.887.771 matrículas em cursos de graduação no Brasil: 70,75% em instituições privadas e apenas 29,25% em instituições públicas federais, estaduais e municipais. Embora em



termos absolutos o contingente de matrículas tenha dobrado, entre 1993 e 2003, é notória a diminuição do raio de abrangência das instituições públicas, que detinham, dez anos antes, 41% do total de alunos de graduação do país.

A verificação de que apenas 1/3 dos estudantes matriculados em instituições privadas conseguem manter atualizadas as suas mensalidades é fato suficiente para se concluir que a expansão do ensino superior privado é extremamente frágil. Tamanha fragilidade, aliada ao perfil acadêmico da maioria dessas instituições – geralmente distantes de atingirem a excelência das instituições públicas, especialmente no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – projeta uma visão de futuro bastante preocupante.

A análise da distribuição das matrículas no país denuncia outra dimensão de desigualdade no acesso ao ensino superior: há uma grande concentração de matrículas nas regiões Sul e Sudeste, que, sozinhas, detêm 68,7% do total nacional; a região Nordeste detém apenas 16,6%, embora tenha uma população de 47.741.711 habitantes – cerca de 30% da população total do país. A desigualdade atinge ainda de forma mais dramática os jovens que moram no interior dos estados, onde somente 33,71% das matrículas são efetuadas em instituições públicas, o que significa apenas 5,08% das matrículas efetuadas no país.

Se a análise se detiver na observação da adequação da faixa etária ao nível de escolaridade correspondente, os dados nacionais também não deixam alento: de acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, 5,68% dos jovens entre 18 e 24 anos são analfabetos e 46,23% têm menos de oito anos de escolaridade. Ou seja, cerca de metade dos jovens brasileiros com idade para ingressar na universidade não chegou sequer a cursar o ensino médio. Na Paraíba, os dados são ainda piores: 80% dos jovens dessa faixa etária se encontram na situação em que 15% são analfabetos e 65% têm menos de oito anos de estudos, estatística que faz do estado o 25º lugar no *ranking* nacional, à frente apenas do Piauí e Alagoas.

A despeito de realidade tão desalentadora, é importante ressaltar que está na rede pública cerca de 70% das poucas matrículas existentes na educação superior da Paraíba, quadro que confirma ter a estratégia de interiorização do ensino superior público surtido efeitos positivos no estado. A atuação da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba nos municípios de Campina Grande, Guarabira,



Catolé do Rocha, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, colocam o estado em posição de destaque regional e nacional, no que diz respeito à interiorização do ensino público superior.

Apesar de, em termos percentuais, a Paraíba estar mais bem aquinhoadada que outros estados, a escolaridade de sua população entre 18 e 24 anos é ainda motivo que requer grande investimento. De acordo ainda com o IBGE, apenas 4,71% dessa faixa etária cursava o ensino superior em 2000, percentual que se torna diminuto quando observado o fato de que, em 214 dos 223 municípios do estado, esse grupo representa em torno de 1% da população total do município a que pertence.

É inegável o paradoxo que faz a Paraíba ter importante papel na história da interiorização do ensino público superior no Brasil, sem ter conseguido atingir números satisfatórios de vagas para o acesso à formação acadêmica de nível superior. No entanto, não há contradição entre o contexto da Paraíba e quadro geral da educação superior do país, onde é possível observar o predomínio do ensino privado sobre o público, o privilégio das regiões mais desenvolvidas sobre as menos desenvolvidas e a prerrogativa das capitais sobre as cidades do interior.

Os dados aqui apresentados, somados ao fato de que houve na Paraíba, entre 1998 e 2002, um aumento em torno de 37% no número de concluintes do ensino fundamental e de 32% no de ensino médio – índice que projeta um quantitativo de 36.000 alunos aptos para o ingresso no ensino superior ao final de 2005 –, exaltam a necessidade da expansão do sistema público de ensino superior no estado e justificam o presente Projeto de Expansão Institucional da Universidade Federal de Campina Grande, que se insere em um contexto nacional transformador, cujo objetivo é impedir que a educação seja transformada em mercadoria, com a sua subordinação aos interesses das elites dominantes que entravam o desenvolvimento do país.



OBJETIVO

Para ampliar e democratizar o acesso da população aos produtos e processos da Instituição, e de maneira a contribuir para a consecução das metas consignadas no Plano Nacional de Educação, a Universidade Federal de Campina Grande pretende atuar em áreas, localizadas no semi-árido da Paraíba, que se pode denominar de zonas de exclusão universitária, notadamente no Cariri-Curimataú-Seridó e no Sertão.

O objetivo da Instituição, ao propor a criação do *campus* de Cuité, para ali fazer funcionar o Centro de Educação e Ciências da Saúde, é expandir o escopo de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, com a oferta de vagas para o ingresso nos Cursos de Bacharelado em Enfermagem e em Terapia Ocupacional, e nos Cursos de Licenciatura em Química, em Biologia, em Física e em Matemática.

Além do objetivo imediato de possibilitar a inúmeros jovens o direito a uma formação profissional de nível superior, a inserção da Universidade Federal de Campina Grande na região vai significar, em médio prazo, o fortalecimento do ensino médio, com o incremento que as licenciaturas vão ali promover, e a melhoria da saúde pública, com a formação de recurso humano capacitado a relacionar os problemas da população local com os seus processos sociais, políticos e culturais, de modo a articular programas de promoção, prevenção proteção e recuperação da saúde.

Com a criação do *campus* de Cuité, a Paraíba estará ainda longe de atingir a meta – que se afigura praticamente inatingível – de quintuplicar o contingente de suas matrículas para, em cinco anos, cumprir o que determina o Plano Nacional de Educação. O desafio da Universidade Federal de Campina Grande representa apenas um pequeno passo a ser dado em direção à democratização do acesso ao ensino superior e à construção nacional que só a educação pode promover.



ESTRUTURA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE

O Centro de Educação e Ciências da Saúde terá como objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa e promover a extensão universitária nas áreas de educação e de saúde. A sua estrutura organizacional e a forma de seu funcionamento serão estabelecidas de acordo com as disposições contidas no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande. Até que seja implantada a estrutura regimental definitiva, o Centro de Educação e Ciências da Saúde será dirigido por uma diretoria *pro tempore*, designada pelo Reitor. As atividades acadêmico-administrativas previstas para o centro iniciarão tão logo sejam designados o diretor e o vice-diretor, que se responsabilizarão, entre outras atribuições, pela elaboração de uma proposta de regimento interno no prazo de até 180 dias após a regulamentação de sua criação.

No Centro de Educação e Ciências da Saúde serão oferecidas 500 vagas por ano, assim distribuídas: 120 vagas no Bacharelado em Enfermagem (30 vagas no turno diurno e 30 vagas no turno noturno, em cada uma das duas entradas); 60 vagas no Bacharelado em Terapia Ocupacional (30 vagas no turno diurno e 30 vagas no turno noturno, em uma única entrada); 80 vagas na Licenciatura em Química (40 vagas nos turno diurno e 40 no turno noturno, em uma única entrada); 80 vagas na Licenciatura em Biologia (40 vagas nos turno diurno e 40 no turno noturno, em uma única entrada); 80 vagas na Licenciatura em Física (40 vagas nos turno diurno e 40 no turno noturno, em uma única entrada); e 80 vagas na Licenciatura em Matemática (40 vagas nos turno diurno e 40 no turno noturno, em uma única entrada), o que projeta um contingente de 2.000 alunos ao final de quatro anos.

Para viabilizar essa oferta serão necessários 120 professores e 60 funcionários técnico-administrativos, o que estabelecerá uma proporção de 16 alunos em tempo integral por professor equivalente, 32 alunos em tempo integral por funcionário equivalente e dois professores por funcionário técnico-administrativo equivalente. A constituição desse quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e a conseqüente criação de Cargos de Direção – CD – e Funções Gratificadas – FG – estão atreladas ao programa de expansão do ensino superior do Ministério da



Educação, em cujo relatório executivo já figura o projeto de expansão da Universidade Federal de Campina Grande, com a criação do *campus* de Cuité.

A infra-estrutura indispensável ao funcionamento do Centro de Educação e Ciências da Saúde, contemplando a aquisição de laboratórios, de acervo bibliográfico, de equipamentos de informática e de mobiliário, está também atrelada aos recursos orçamentários oriundos do programa governamental supracitado. As instalações prediais necessárias à instalação do centro foram doadas, à Instituição, pela Prefeitura Municipal de Cuité, e reformas para a adequação desse espaço às demandas do ensino de graduação estão já em fase de planejamento, também dependendo de liberação orçamentária vinda do governo federal. Concluídos os trabalhos de reforma, o Centro de Educação e Ciências da Saúde disporá de 30 salas de aulas, de biblioteca, de auditório e de ambientes específicos para a acomodação da administração e dos professores.



PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA		Total 2006	Total 2007	Total Geral 2006 - 2007
Código da Despesa	Especificação			
Custeio				
3390.14	Diárias	19.630	18.005	37.635
3390.30	Material de Consumo	97.500	146.250	243.750
3390.33	Passagens e Desp. c/Locomoção	50.187	43.062	93.249
3390.36	Outros Serviços de Terceiros-PF	20.312	36.562	56.874
3390.39	Outros Serviços de Terceiros-PJ	582.044	326.071	908.115
3390.47	Obrig. Tributárias e Contributivas	4.062	7.312	11.374
<u>Subtotal de Custeio</u>		773.735	577.262	1.350.997
Capital				
4490.51	Obras e Instalações	3.900.000		3.900.000
4490.52	Equipamentos e Mat. Permanente	1.430.000		1.430.000
<u>Subtotal de Capital</u>		5.330.000		5.330.000
Total Geral (Custeio + Capital)		6.103.735	577.262	6.680.997



DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA REGIÃO POLARIZADA POR CUITÉ

Localizado na mesorregião da Borborema, agreste paraibano e agreste potiguar, o território polarizado por Cuité é formado por 31 municípios que constituem uma área de 8.161km², envolvendo quatro microrregiões dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte: o Curimataú Ocidental, compreendendo Algodão de Jandaíra, Arara, Barra de Santa Rosa, Cuité, Damião, Nova Floresta, Olivedos, Pocinhos, Remígio e Sossego; o Curimataú Oriental, abrangendo Cacimba de Dentro, Casserengue, Dona Inês, Riachão, Solânea e Tacima; o Seridó Oriental, com os municípios de Baraúna, Cubatí, Frei Martinho, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, Seridó e Tenório; e o Trairí do Rio Grande do Norte, que abarca Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lages Pintadas, Santa Cruz e São Bento do Trairí.

A maioria desses municípios foi criada a partir da segunda metade do século 20, sobretudo nas décadas de 50 e de 60. Exceção se faz aos municípios de Araruna, criado em 1876, Santa Cruz, datado de 1876, Picuí com fundação em 1904 e Cuité, cuja data de emancipação política remonta a 1936. Alguns são bem jovens, como Algodão de Jandaíra, Baraúna, Casserengue, Damião, Riachão, Sossêgo e Tenório. As áreas dos municípios variam entre 734,1 km², área de Picuí, e 56,5 km², área de Baraúna .

Somados, esses municípios possuem uma população de 303.818 pessoas. A densidade demográfica é bastante variável: Casserengue tem 4,9 hab/km², enquanto Araruna tem 293,4 hab/km². Santa Cruz, com 31.294 habitantes é o município mais populoso e Algodão de Jandaira o menos habitado, com apenas 2.209 habitantes. No ano de 2000, o território apresentava densidade demográfica de 37,2 hab/km², sendo 16,00 hab/km² no meio rural. A taxa de crescimento da população, entre 1991 e 2000, em todos os municípios, foi positiva, de 0,63%. Os municípios que mais cresceram nessa década foram Baraúna (3,30%) e Nova Floresta (3,06%). Em 1991, a taxa de urbanização foi de 42,36%, passando, em 2000, para 54,42%. A população urbana do território era de 57,02%, em 2000, com a maior taxa, de 88,91%, em Nova Floresta, e a menor, de 36,97%, em Pedra Lavrada. Os municípios localizados na Paraíba representam 6,1% da população total do estado.



População

	Território		Selecionado	Pos.	Regional (2000)	
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
Número de Habitantes (Mil)	289,007	303,818	5,12	7.918,3	47.741,7	169.799,2
População Urbana (%)	47,59	57,02	19,80	76,51	69,07	81,25
Taxa Mortalidade Infantil (nº óbitos p/1.000 hab)	86,79	57,51	-33,74	47,31	0,00	30,57
Esperança de vida ao nascer (anos)	56,29	61,47	9,20	67,32	0,00	68,61
Razão de Dependência (%)	92,15	74,42	-19,25	59,35	63,46	54,93
Taxa de Fecundidade (nº Médio de filhos)	4,41	3,16	-28,33	2,48	0,00	2,37

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

O Município de Cuité, fundado em 1768, está localizado na micro-região do Curimataú Ocidental, limitando-se com Nova Floresta, Picuí, Sossego, Barra de Santa Rosa, Damião, Casserengue, Cacimba de Dentro e o Estado do Rio Grande do Norte. Tem área de 758 km², altitude de 667m acima do nível do mar, clima quente e seco e topografia acidentada com vegetação de caatinga. Sua população é de 19.946 habitantes.

A economia do território está baseada em atividades agropastoris e, em menor escala, na mineração. A estrutura fundiária é marcada pela presença de grandes propriedades pouco produtivas convivendo ao lado de minifúndios que suportam, precariamente, a quase totalidade da produção e do emprego rural. Aproximadamente 93,09% dos imóveis rurais possuem áreas menores que 50 ha., dentre os quais 76,71% possuem áreas menores que 10 ha., resultando desse contexto 28.018 estabelecimentos ocuparem apenas uma área de aproximadamente 25% do total. O quadro de distribuição de terras denuncia, portanto, uma extrema concentração fundiária no território, com os estabelecimentos rurais com 100 ou mais há. representando apenas 3,93% do total, mas ocupando 65,45 % da área.

Distribuição da terra por faixa de área e estabelecimento (por condição legal)

Faixas (Área ha.)	Nº Estabelecimentos	% Território	Pos. da (UF)%	Área Tot. Estab.	% Territ.	Pos. da (UF) %
Menos de 10	23.088	76,71	69,58	61.572	9,93	7,13
De 10 a menos de 50	4.930	16,38	20,52	95.316	15,37	15,77
De 50 a menos de 100	898	2,98	4,43	57.438	9,26	10,91
De 100 a menos de 500	975	3,24	4,62	183.826	29,64	33,68
De 500 a mais	207	0,69	0,86	222.091	35,81	32,50
Total	30.098	100,00	100,00	620.244	100,00	100,00

Fonte: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO 1995/1996.



Grande parte do território (cerca de 38%) é coberta por pastagens naturais e matas, 13% são de florestas naturais e 15% correspondem às lavouras temporárias, enquanto as permanentes ocupam 5% do território e as pastagens plantadas representam outros 2%.

Utilização das Terras (por condição do produtor)

Utilização das Terras	Área (ha)	%	% UF	% NE	% BR
Lavouras permanentes	35.069	5,65	2,31	3,38	2,13
Lavouras temporárias	98.999	15,96	13,29	9,83	9,69
Lavouras temporárias em descanso	37.679	6,07	5,96	5,22	2,35
Pastagens naturais	241.569	38,95	40,37	25,51	28,18
Pastagens plantadas	15.436	2,49	4,69	15,45	22,07
Matas e florestas naturais	83.374	13,44	16,47	24,77	25,14
Matas e florestas artificiais	3.305	0,53	0,37	0,50	1,53
Terras produtivas não utilizadas	62.477	10,07	10,14	11,02	4,63
Terras inaproveitáveis	42.337	6,83	6,41	4,31	4,29
Total	620.244	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte IBGE (Censos Agropecuário 1995/1996)

Nas últimas décadas, tem havido uma redução na utilização das terras, o que gera reflexos nos níveis de ocupação e de emprego registrados na região e no aumento da pressão sobre os espaços urbanos, cuja população vem crescendo em ritmo acelerado. No último intervalo censitário, registrou-se uma perda de cerca de 15% nos números relativos ao pessoal ocupado em atividades agropastoris com a diminuição da quantidade de empregos tanto temporários quanto permanentes. As perdas foram mais elevadas na microrregião do Curimataú Ocidental, que se ressentiu particularmente com a derrocada da cultura do sisal.

O exame do último censo revela um declínio acentuado do sisal, cultura comercial mais importante do Curimataú típico. A produção caiu de 26,3 mil para 2,5 mil toneladas no período. As perdas econômicas derivadas do declínio dessa cultura não foram compensadas pelo surto de lavouras novas ou pela expansão de outras culturas tradicionais. Algum incremento na produção de feijão, mandioca e milho registrou melhoria considerável no rendimento agrícola, que passou também a se voltar para a fruticultura.



Principais Produtos Agrícolas

Produto/unidade	Quant. Prod.	Vlr. (R\$ 1.000)	Ár. plant.(ha)	Ár. Colh.(ha.)	Ren. (p/ha.)	Md	% Vlr.Prod	% acum.
Feijão (em grão) (Ton.)	18.435	24.284	42.739	39.313	0,47		46,61	46,61
Mandioca (Ton.)	47.209	9.051	5.081	5.076	9,30		17,37	63,99
Milho (em grão) (Ton.)	11.760	5.302	30.729	24.924	0,47		10,18	74,17
Sisal ou agave (fibra) (Ton.)	5.999	3.787	8.325	8.325	0,72		7,27	81,44
Fava (em grão) (Ton.)	1.394	2.448	3.415	3.073	0,45		4,70	86,13
Banana (Mil cachos)	7.509	2.332	435	435	17,26		4,48	90,61
Algodão Herbác. (em car.) (Ton.)	1.525	1.448	2.067	1.967	0,78		0,12	90,74
Maracujá (Mil frutos)	3.909	1.422	511	511	7,65		0,10	90,84
Castanha de caju (Ton.)	1.605	1.219	4.481	4.481	0,36		0,07	90,91
Algodão arbóreo (em car.) (Ton.)	629	802	1.144	1.414	0,44		0,03	90,94
Total		52.095	98.927	89.519	37,9		90,94	806,38

Fonte: PAM - IBGE (2003) e Censo Agropecuário 1995/1996 (valores atualizados pelo IPC de Ago/2003)

Com significações muito modestas as culturas de caju, maracujá, manga, pinha, acerola e graviola, favorecidas pelas condições do micro-clima da Serra dos Martins, são responsáveis pela posição de destaque que ocupam os municípios de Araruna, Jaçanã, Cuité, Coronel Ezequiel e Picuí.

Relatório da Produção de Castanha de caju (por tonelada)

Unidade Regional	Quant. Prod.	Vlr Prod. (R\$ 1.000)	Ár. Plant (ha.)	Ár. Colh. (ha.)	Rend. Médio
Território (2003)*	1.605	1.219	4.481	4.481	0,358
Território (2002)*	1.515	1.105	4.473	4.473	0,339

Fonte: IBGE (PAM-2003)

Graças à maior aptidão agrícola dos solos e à menor importância do sisal, o Curimataú Oriental acusa ligeira elevação nos níveis de emprego rural, embora apresentando alta redução na população ocupada. As atividades agropastoris na região são desenvolvidas baseadas em princípios que não valorizam as potencialidades locais, promovem o desmatamento e a inserção maciça de insumos químicos, creditando todas as chances de sucesso à implantação de pacotes tecnológicos direcionados ao aumento da produção. Duas principais consequências desse modelo agrícola são identificadas na região: a degradação do meio ambiente e a impossibilidade de permanência das famílias rurais nas unidades produtivas. Em toda a região existem núcleos de



processos avançados de degradação que favorece o avanço do processo de desertificação e, inevitavelmente, o empobrecimento da população.

Nas atividades de criação, destaca-se um crescimento significativo dos rebanhos de galos, frangos e pintos (41%), ovinos (26%) e caprinos (16%), de 2000 a 2003.

Principais Rebanhos

Produto/unidade	2000	2001	2002	2003	%Evol (2000/03)
Bovino (efet. Reb. cabeças)	102.330	100.272	94.846	103.615	1,26
Ovino (efet. Reb. cabeças)	51.607	61.347	63.825	65.160	26,26
Caprino (efet. Reb. cabeças)	70.270	84.842	81.334	81.809	16,42
Galos, Frangas (os) e Pintos (efet. Reb. Cab.)	379.086	396.911	479.955	535.073	41,15
Suíno (efet. Reb. cabeças)	21.826	22.343	21.914	22.177	1,61
Galinhas (efet. Reb. cabeças)	175.370	182.995	180.435	184.669	5,30
Asinino (efet. Reb. cabeças)	14.195	13.528	12.285	12.001	-15,46
Equino (efet. Reb. cabeças)	4.478	4.639	4.855	4.879	8,95
Muar (efet. Reb. cabeças)	3.162	3.255	3.399	3.484	10,18
Bubalino (efet. Reb. cabeças)	26	16	14	15	-42,31
Total	824.350	872.149	944.864	1.014.885	53,36

Fonte: PPM - IBGE (2003)

Dos produtos pecuários destaca-se, de 2000 a 2003, o incremento na produção de mel de abelha em 421%.

Principais Produtos Pecuários

Produto/unidade	2000	2001	2002	2003	%Evol (2000/03)
Leite (Mil litros)	9.643	9.324	9.871	11.136	15,48
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	1.351	999	1.029	1.069	-20,87
Mel de Abelha (Quilograma)	718	655	686	3.741	421,03
Total	13.712	12.979	13.588	17.949	415,64

Fonte: PPM - IBGE (2003)

A população economicamente ativa do território, em 2000, era de 119.086 pessoas, 86,38% das quais se encontravam empregadas ou ligadas a qualquer tipo de ocupação, sendo que 72,87% sem carteira de trabalho assinada.



Posição na Ocupação das Pessoas

	Nº de pessoas	% (Território)
População Economic. Ativa (PEA-2000)	119.086	-
População Ocupada (PO 2000)	102.871	86,38
Pos. na ocupação Empregado c/ carteira assinada	10.552	10,26
Pos. na ocupação Empregado s/ carteira assinada	28.341	27,55
Pos. na ocupação Conta própria	21.242	20,65
Pos. na ocupação Empregador	1.026	1,00
Pos. na ocupação não remunerada.(ajuda membro do domicílio)	16.571	16,11
Pos. na ocupação produção próprio consumo	25.139	24,44

Fonte: IBGE (Censo 2000)

De uma forma geral, as funções de comércio e serviços são de âmbito local e atendem às demandas mais imediatas da população, que depende de centros maiores para a aquisição de bens de consumo de padrão mais elevado. As cidades de Solânea (Curimataú Oriental), Santa Cruz (Trairi Potiguar) e Cuité (Curimataú Ocidental) apresentam estrutura de comércio e de serviço mais desenvolvida, exercendo o papel de centro comercial em relação a municípios mais próximos. No território foram identificados 289 estabelecimentos de comércio e 183 estabelecimentos de serviço em 2000.

Os dados apresentados revelam um quadro geral grave de pobreza e desigualdade. A proporção de pobres é de 70,17%, chegando, em municípios como Damião e Casserengue, a ultrapassar os 82%. Apesar de nesses municípios a renda *per capita* média ter crescido 38,1%, passando de R\$ 53,63 (1991) para R\$ 74,06 (2000), ainda há uma defasagem muito grande em relação à renda *per capita* da Paraíba (R\$ 183,76) e a do Brasil (R\$ 297,23). A pobreza diminuiu em 15,2%, passando de 83,6% (1991) para 70,9% (2000).

A proporção da renda apropriada por extratos da população é representada pelos 20, 40, 60 e 80% mais pobres, que se apropriam, respectivamente, de 1,66; 7,91; 20,82 e 42,79% da renda. Os 20% mais ricos se apropriam de 57,22% da renda.



Renda

	Território* (média dos municípios)			Posição Regional (2000)		
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
Renda p. cap. (méd. R\$ de 2000)	53,63	74,06	38,10	183,76	0,00	297,23
Proporção de Pobres (%)	83,57	70,90	-15,16	51,31	0,00	32,75
Proporção de Indigentes (%)	58,70	45,57	-22,37	27,73	0,00	16,32
Índice de Gini	0,51	0,56	9,33	0,67	0,00	0,65

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

O Índice de desenvolvimento Humano – IDH –, no conjunto dos municípios era de 0,472, em 1991, e de 0,586, em 2000, revelando um crescimento desigual de 24,05%. Os índices de educação cresceram, passando de 0,460 para 0,659 (evolução de 43,16%); os fatores de longevidade passaram de 0,521 para 0,608 (evolução de 16,58%) e os fatores de renda passaram de 0,433 para 0,488 (evolução de 12,77%). A dimensão educação foi a que mais contribuiu com os 43,2% de crescimento (59,5% de contribuição), responsável pela melhoria da qualidade de vida das pessoas no período compreendido entre 1991 e 2000. O indicador de renda, 12,8%, foi o que menos evoluiu.

O IDH varia de 0,655, em Santa Cruz-RN (43º lugar no ranking da Unidade da Federação), a 0,513, em Casserengue-PB, estando, este último, em 220º lugar, considerando os 223 municípios da Paraíba.

IDH (média dos índices dos municípios)

	1991	2000	% Evolução	Posição Regional (2000)		
				UF	NE	BR
IDH Municipal	0,472	0,585	24,05	0,705	0	0,766
IDHM-Educação	0,460	0,659	43,16	0,768	0	0,849
IDHM-Longevidade	0,521	0,608	16,58	0,705	0	0,727
IDHM-Renda	0,433	0,488	12,77	0,643	0	0,723

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)



ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS DA REGIÃO POLARIZADA POR CUITÉ

O Município de Cuité é sede da 4ª Região Administrativa de Ensino, que integra 12 municípios entre Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Sossego, Baraúna, Picuí, Frei Martinho, Cubatí, Pedra Lavrada e Nova Palmeira, no entanto, a taxa de analfabetismo na região é bastante alta, tanto na população de 15 e 17 anos (10,71%) quanto na de 18 a 24 anos (20,78%), chegando ao inadmissível percentual de 49,11% na população acima de 25 anos. A população com menos de quatro anos de escolaridade está assim dividida: 40% se encontra na faixa etária de 15 a 17 anos, 43% está entre os jovens de 18 a 24 anos e 70% entre os adultos com 25 anos ou mais.

Escolaridade (média dos municípios)

	1991	2000	Evolução %	Posição	Regional (2000)	
				UF	NE	BR
Alfabetizados (15 anos ou mais de idade)(%)	44,90	59,50	32,50	76,94	0,00	87,06
Méd. de anos de est. (25 anos ou mais de idade)	1,71	2,58	51,07	5,05	0,00	5,87
Resp. p/ dom. c/ mais de um ano de instr. (%)		45,15		72,59	68,87	83,83

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

Toda a região do Curimataú, Seridó e Trairí forma um conjunto em que as carências sócio-econômicas, refletivas no índice de escolaridade, são homogêneas, tendo o analfabetismo como principal problema a impedir a compreensão das origens da pobreza e a implantação de soluções que desencadeiem o desenvolvimento local. O Município dispõe de 48 estabelecimentos de ensino, sendo três privados, 42 municipais e três estaduais, os quais atendem 5.532 alunos.

Em 2000, apenas 0,78% dos jovens de 18 a 24 anos freqüentavam algum curso superior nessa região. Esse percentual é mais alto em Remígio, onde se atinge o patamar de 3,92% de jovens cursando o ensino superior, devido, principalmente, a sua proximidade a Campina Grande. Em Cacimba de Dentro, Olivedos, Riachão e Damião esse percentual é de 0%.

Pesquisa realizada pela 4ª Região Administrativa de Educação nos municípios de Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Sossego, Picuí, Baraúna, Frei Martinho, Cubatí, Pedra Lavrada e Nova Palmeira, apontou o seguinte perfil para os 687 alunos do 3º ano do ensino



médio, alvo da pesquisa feita por amostragem: 29% dos entrevistados têm menos de 18 anos, 54% têm entre 18 e 24 anos e 17% têm mais de 24 anos; 37% são homens e 63% são mulheres; 45% trabalham, enquanto os outros 55% apenas estudam; 79% pretendem fazer vestibular, e, entre estes, 44% já escolheram que profissão a seguir, 42% ainda não definiram o que pretendem cursar, e 14% estão em dúvida; dos 21% que não vão fazer vestibular, 41% apresentam, como justificativa para não se submeterem ao exame seletivo, dificuldades de ordem financeira, 11% a falta de preparo acadêmico, 10% a falta de motivação, 26% a distância existente entre o seu domicílio e a localidade mais próxima onde há ensino superior, 10% apresentam justificativas de ordem pessoal, e 2% afirmam ter outros objetivos.

Segundo informações colhidas em todas as escolas de ensino médio onde foi realizada a pesquisa, os dados sobre os alunos concluintes de 2004 são os seguintes: 77% concluíram o ensino médio em 2004, mas apenas 17% fizeram o exame vestibular, tendo, entre estes, 3% logrado aprovação. Todos os que foram aprovados continuam freqüentando a universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

ANEXOS